

Construção dos verbos actiuos: uma interpretação historiográfica do pensamento linguístico de José de Anchieta (1595)

Construction of active verbs: a historiographical interpretation of José de Anchieta's linguistic thought (1595)

Leonardo Kaltner*

RESUMO

O artigo tem por objetivo debater o capítulo VIII da *Arte de gramática da língua mais usado na costa do Brasil* (1990 [1595]), de autoria de José de Anchieta (1534-1597), intitulado *Da Construção dos verbos actiuos* (Anchieta, 1990 [1595], fol. 36r-37v), que tem por tema específico a construção oracional com verbos ativos na língua tupinambá, que são descritos conforme a gramática latina humanística de seu clima intelectual, logo a gramática de Anchieta vincula-se ao padrão de gramática latina estendida descrito por Auroux (1992). A fim de comentar criticamente a descrição desse fato linguístico pelo gramático quinhentista, empregamos a fundamentação teórico-metodológica da Historiografia Linguística, conforme a metodologia koerniana de análise (Koerner, 2014; Swiggers, 2019), com vistas a compreender o processo de gramatização da língua indígena segundo o padrão das gramáticas latinas estendidas, que configuravam o morfótipo de texto do Renascimento, em que a obra gramatical de Anchieta se contextualiza, ainda que escrita predominantemente em língua portuguesa.

Palavras-chave: Gramaticografia. Verbos ativos. Língua tupinambá.

Recebido em 13 de março de 2025.

Aceito em 30 de maio de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2026n70.1474>

* Universidade Federal Fluminense, leonardokaltner@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

ABSTRACT

This article aims to discuss Chapter VIII of *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1990 [1595]), written by José de Anchieta (1534-1597), titled *Da Construção dos verbos actiuos* (Anchieta, 1990 [1595], fol. 36r-37v). The specific theme of this chapter is the sentence construction with active verbs in the Tupinambá language, described according to the Latin humanistic grammar of its intellectual context. Thus, Anchieta's grammar is linked to the extended Latin grammar standard described by Auroux (1992). To critically comment on the description of this linguistic fact by the 16th-century grammarian, we employ the theoretical and methodological foundation of Linguistic Historiography, following the Koernian methodology of analysis (Koerner, 2014; Swiggers, 2019). This approach aims to understand the process of the grammaticalization of the indigenous language according to the standard of extended Latin grammars, which shaped the text morphotype of the Renaissance, in which Anchieta's grammatical work is contextualized, even though it was predominantly written in Portuguese.

Keywords: Grammaticography. Active verbs. Tupinambá language.

Introdução

O tema geral do artigo é um estudo crítico sobre o “pensamento linguístico” (*linguistic thought*) e a prática gramatical (*grammar praxis*) de José de Anchieta (1534-1597), conforme o modelo teórico-metodológico de Pierre Swiggers (2019) e de Konrad Koerner (2014), bases da disciplina de Historiografia Linguística (HL) desenvolvida no contexto do Brasil. Anchieta foi o autor da primeira gramática escrita em território brasileiro (Cavaliere, 2022), a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Ancheita, 1990 [1595]) que pode ser considerada a pedra angular da gramaticografia brasileira (Kaltner, Santos, 2024; Kaltner, 2023), por ter em seu registro a chegada da metalinguagem ocidental, de base greco-latina (Auruoux, 2014; Zwartjes, 2011), ao território, para a descrição da língua tupinambá no século XVI.

Mais especificamente, nosso trabalho tem por objetivo tratar do conceito de “*construção*” (construção) (Anchieta, 1990 [1595], fol. 36r),

empregado na gramática missionária (*missionary grammar*) (Zwartjes, 2011) de Anchieta. Desenvolvemos o estudo crítico com a finalidade de tecer uma narrativa historiográfica na fase hermenêutica (Swiggers, 2019) da pesquisa em HL, em que se busca uma interpretação crítica do pensamento linguístico pela análise da metalinguagem gramatical. Essa tarefa interpretativa é parte do método de reconstituição do “ideário linguístico” (Swiggers, 2019), que aplicamos à gramática de Anchieta para compreender o que o gramático humanista compreendia por “*confstrução*” (construção). Por adequação teórica (Koerner, 2014), ocorre que o metatermo construção ainda está presente na Linguística contemporânea do Brasil até os dias atuais, e em uma leitura sem o debate historiográfico, o linguista contemporâneo pode atribuir o mesmo valor epistêmico do metatermo construção empregado atualmente com o metatermo histórico “*confstrução*” empregado por Anchieta, o que debateremos em uma análise dos pormenores do texto gramatical anchietano. Nossa análise busca averiguar também o desenvolvimento do pensamento linguístico em relação à mudança no tempo, no processo histórico.

O metatermo “*confstrução*” (construção) empregado por Anchieta é o conceito teórico que aproxima a sua arte gramatical ao campo linguístico da sintaxe, compreendido contemporaneamente como um dos campos teóricos dos Estudos de Linguagem, e mesmo presente nas gramáticas contemporâneas. Cumpre salientar, porém, que Anchieta não emprega o termo sintaxe, que já era registrado em seu clima intelectual (*climate of opinion*) (Koerner, 2014) em obras como a do gramático humanista João de Barros, autor da *Gramática da Língua Portuguesa* (Barros, 1540). Para compreendermos como o campo da sintaxe se fazia presente no pensamento linguístico de Anchieta, no século XVI, convém uma análise interpretativa do valor hermenêutico do que era considerado “*confstrução*” (construção) também no clima de opinião de Anchieta, conforme os princípios metodológicos koernianos da análise historiográfica (Koerner, 2014). Isto é, deve-se averiguar o possível debate teórico sobre o tema na Europa do século XVI pelos gramáticos humanistas que descreveram os vernáculos.

1. A sintaxe oracional, o limite da gramática humanística

A gramática de Anchieta foi escrita predominantemente em língua portuguesa, o que sugere que o missionário tinha além de manejo com a língua um conhecimento metalinguístico já desenvolvido em português, seja pelo conhecimento das gramáticas vernáculas portuguesas em seu “horizonte de retrospecção” (Auroux, 1992) como as de Fernão de Oliveira (1507-1581) e de João de Barros (c. 1496-1570), seja pelo desenvolvimento de uma técnica de traduzir a metalinguagem do latim, e mesmo do espanhol, para o vernáculo português. A tradução e adaptação de metatermos gramaticais latinos era comum em seu clima de opinião, uma prática gramatical iniciada por humanistas como Antonio de Nebrija (1444-1522), que antes de compor uma gramática do vernáculo espanhol editou uma gramática latina.

O fato de a *Arte* de Anchieta estar escrita predominantemente no vernáculo português permite-nos pressupor que as especulações gramaticais do missionário eram feitas na língua portuguesa. Logo, o debate teórico que se deu entre os diversos intérpretes e missionários jesuítas sobre a língua tupinambá no Brasil do século XVI também se desenvolveram, provavelmente, em português, no clima de opinião da educação humanística do Colégio das Artes de Coimbra, em que também se ensinava o latim humanístico, e contexto no qual a obra foi tipografada em 1595.

A teoria linguística de Anchieta, inevitavelmente, vincula-se ao contexto do ensino gramatical do Colégio das Artes de Coimbra, instituição que o acolheu entre 1548 e 1553, antes de ter sido enviado como missionário ao Brasil, em 1553. De certo modo, os conceitos gerais da gramática humanística, vinculados ao pensamento linguístico de Anchieta, podem ser compreendidos contemporaneamente pela leitura de obras como a *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros (1540), e esse é um método interpretativo que propomos empregar. Para os gramáticos humanistas do Renascimento, a gramática era uma “*scientia*” (ciência), um saber sistêmico, mais especificamente a gramática era a “*ciência de letras*” (ciência das letras),

como bem define João de Barros (1540, *fol. 2r*), em sua tradução vernácula do termo filosófico latino “*scientia*” como “ciência” (ciência).

O próprio vocábulo latino “*scientia*” já é uma tradução do termo filosófico grego “ἐπιστήμη” (*epistēmē*), de profunda influência do pensamento aristotélico. Todavia, a ciência gramatical para os humanistas europeus do Renascimento não era uma disciplina isolada nesse contexto, fazendo parte de um sistema de ciências organizado na Idade Média ocidental sob o rótulo generalista de *Artes liberales* (Artes Liberais), tradicionalmente dividida em sete artes sequenciais e específicas: *Ars Grammatica* (gramática), *Ars Dialectica* (Dialética, também chamada alternativamente de Lógica), *Ars Rhetorica* (Retórica), *Ars Arithmetica* (Aritmética), *Ars Geometrica* (Geometria), *Ars Musica* (Música) e *Ars Astronomica* (Astronomia).

No discurso *De Liberalium Artium Studiis oratio* (Oração sobre o estudo das Artes liberais) (1548), proferido pelo humanista francês Arnaldo Fabrício, no ano de abertura do Colégio das Artes de Coimbra, no período em que lá Anchieta estudara, há uma apresentação do sistema das sete *Artes Liberales*, em que a gramática figura como a primeira disciplina, e uma referência a todas as artes liberais, como disciplinas da formação conimbricense (Fabrício, 2011). Havia ainda a subdivisão dos estudos de gramática em um conjunto menor de disciplinas, chamado *Trivium*, em que se estudavam as artes triviais, a *Ars Grammatica* (gramática), *Ars Dialectica* (Dialética) e a *Ars Rhetorica* (Retórica), que eram também referidas como *Humanitates* (Humanidades), ou *studia humanitatis* (estudos das humanidades), por influência do pensamento filosófico ciceroniano. Nesse sentido, a gramática ocupava um lugar de destaque, como ciência, na “*ratio Studiorum*” (plano de estudos) dos humanistas da época, e essa visão sistêmica da gramática era comum ao pensamento linguístico de Anchieta, cuja obra apresenta uma adesão às teses humanísticas, e a percepção da gramática como uma das artes liberais.

O próprio conhecimento gramatical, a episteme linguística do Renascimento, era também subdividido em quatro partes, as quatro partes

da gramática, como apresenta João de Barros (1540, *fol.* 2r-2v), em sua obra, sendo cada uma dessas partições da gramática vinculada a um elemento gramatical: a letra (ortografia), a sílaba (prosódia), a dição (etimologia) e a oração (sintaxe, ou construção). O limite da ciência gramatical para os humanistas, todavia, era o estudo da oração, que poderia ser decomposta nas “*partes orationis*” (partes da oração), que João de Barros (1540) dividiu em nove partes:

Assy que podemos daquy entêder, ser a nòssa linguágem cõpòsta destas noue pàrtes: Artigo, que é próprio dos Grægos e Hebreus, Nome, Pronome, Vêrbo, Aduêrbio, Partição, Cõiunçam, Preposição, Interieçam, que tem os latinos. Os quães pàrtem a sua Grammatica em quáto pàrtes, ã Ortografia, que tráta de letera, em Prosodia, que tráta de syllaba, em Ethimologia, que tráta da diçam e em Syntaxis, a que respõde a cõstruçã, á imitaçã dos quães, (por termos as suas pàrtes,) diuidímos a nòssa Grãmatica (Barros, 1540, *fol.* 2v).

Note-se que as partes da oração apresentam as unidades elementares da técnica escrita que deveriam ser necessariamente grafadas como formas livres, isto é, escritas separadamente de outras formas. Se o artigo for considerado uma parte da oração deve ser escrito como uma forma livre, se a interjeição for considerada uma parte da oração *idem*, por exemplo. Se ambas as categoriais tivessem perdido o seu valor como parte da oração, deveriam, via de regra, serem escritas aglutinadas com outras partes da oração. Na *Carta* de Pero Vaz de Caminha (Cortesão, 1967) encontram-se diversos exemplos de artigos escritos de forma aglutinada aos nomes, tendo em vista que não eram considerados ainda partes da oração em sua forma de grafar esses sons da língua. Até mesmo as interjeições, se perdessem o *status* de partes da oração, ou atualmente de classes de palavras, deveriam ser aglutinadas em sua grafia, pelo fato de serem consideradas formas livres apenas se constituírem uma classe morfológica.

Em relação à sintaxe, além da análise das partes da oração, havia também a descrição de dois fatos linguísticos em relação à construção de

orações: a concordância e a regência. A definição de “cõstruiçã” (construção) de João de Barros (1540) também deriva do modelo gramatical latino, uma definição a que Anchieta provavelmente também aderiu:

cõstruiçã, Esta (segundo difincã dos grãmáticos) é hũa cõueniêçia antre pãrtes, póstas ã seus naturáes lugáres: per as quáes uimos ã cõhiçimêto dos nossos cõçeitos. E bẽ como, ao hómẽ é naturál a fãla, assy lhe é naturál a cõueniêcia destas pãrtes: nome sustantiuo cõ aietiuo, nominatiuo cõ uérbo, relatiuo com antecedente. Quanto ao regimento das outras pãrtes, cada naçãm tem sua órdem: e por nam serem uniuersáes a todos, lhe podemos chamár açidentáes. Nós tomaremos da nõssa construiçãm o mais necesário, immitando sempre a órdem dos latinos, como temos de custume (Barros, 1540, *fol.* 30r).

O gramático define construção como uma hũa “cõueniêçia antre pãrtes, póstas ã seus naturáes lugáres” (convenção entre as partes [da oração], postas em seus lugares naturais). Há, para o gramático humanista, dois tipos de construção, ou convenção, as consideradas naturais: nome substantivo com nome adjetivo, nominativo com verbo, e, por fim, relativo com antecedente, a estas se acrescem outros tipos de construção consideradas “açidentáes” (acidentais), específicas de cada língua, mas que deveriam imitar a ordem das construções da gramática latina, conforme o clima de opinião de seu contexto.

Os dois fatos linguísticos observáveis em relação à construção de orações para os gramáticos humanistas eram a “concordância, e regimento” (concordância e a regência), descritos por João de Barros:

Diuisám da construiçãm.

Duas cousas aquêçem á construiçãm: concordância, e regimento. Concordância é hũa cõueniencia de duas dições correspõdentes hũa á outra, em numero, em género: em caso, pessoa, ou em algũa destas cousas. Em numero, género, e caso: como o aietiuo cõ seu sustãtiuo. Em género, numero, e pessoa: como, o relatiuo e anteçedête. Em numero e pessoa: como, o nominatiuo e uérbo. Da cõcordãcia daremos régras e exêplos. Regimento é quando hũa diçãm se construe com outra diuêrsa a ella, per género ou per numero caso ou pessoa: sómente per hũa espeçial

natureza, cõ que obriga e sogeita a seguinte a ser pósta em algum dos cásos que temos, (Barros, 1540, *fol.* 30r-30v).

A concordância, segundo o modelo gramatical latino, imitado por João de Barros (1540), poderia se dar em quatro níveis de variação: “em numero, em género: em cásos, pessoa” (em número, em gênero, em caso, ou em pessoa). Em língua portuguesa, eram observados esses fatos em três relações: (1) “Em numero, género, e cásos: como o aietiuo cõ seu sustãtiuo” (Em número, gênero e caso, como o adjetivo com o seu substantivo); (2) “Em género, numero, e pessoa: como, o relatiuo e anteçedête” (Em gênero, número e pessoa, como o relativo e o antecedente); (3) “Em numero e pessoa: como, o nominatiuo e uérbo” (Em número e pessoa, como o nominativo e o verbo). Anchieta analisou na língua tupinambá esses mesmos fatos linguísticos, em contraste com o latim e o português.

Já a regência é a relação entre termos diferentes entre si: “Regimento é quando hũa diçãm se construe com outra diuérta a ella” (Regimento é quando uma dição, ou vocábulo, se constrói com outra coisa diversa a ela) (Barros, 1540, *fol.* 30v), isto é, a regência ocorre com partes da oração que não concordam diretamente entre si, mas formam uma unidade, como a regência de preposições e a regência verbal, por exemplo. A análise desses dois fatos linguísticos, a concordância e a regência entre as partes da oração, era o que os gramáticos humanistas consideravam sintaxe, ou construção, sendo o limite da gramática como disciplina humanística. Por adequação teórica, podemos compreender esse nível de análise como a sintaxe oracional interna dos termos da oração, isto é, a análise do também chamado período simples (Bechara, 2009). Um único fato linguístico relacionado à sintaxe de subordinação era abarcado na gramática humanística: a relação entre pronome relativo e o seu antecedente.

Acima do nível da oração, a gramática cedia lugar à outra disciplina humanística, a “*dialectica*” (dialética, ou lógica), que partia da análise da oração e de outro elemento linguístico em uma estância superior à oração: a proposição (*propositio*), com nítida influência do pensamento aristotélico.

Note-se que a dialética era uma disciplina oriunda da escolástica medieval, e no Renascimento, por questão de “embate de teorias” (Swiggers, 2019), os estudos de lógica eram vistos pelos humanistas com uma conotação negativa, por representarem a intelectualidade das ordens religiosas, de modo geral, a que os mais radicais se opunham. No discurso de Arnaldo Fabrício, em 1548, a dialética figura como uma das artes liberais (Fabrício, 2011), mas não houve um tratado de dialética escrito no vernáculo português no século XVI, tendo se mantido a primazia do estudo da dialética em latim, com a tradicional metodologia escolástica.

Em Portugal, o manuscrito medieval das *Summulae Logicales* (Súmulas Lógicas), ou *Summulae de Dialectica* (Súmulas de Dialética) de Pedro Hispano (1215-1277), atesta o estado da arte dessa disciplina fundamental para os escolásticos medievais e conhecida dos principais humanistas do Renascimento com formação escolástica. Na obra de Pedro Hispano, há a seguinte definição de proposição, comum aos estudos dialéticos: “*Propositio est oratio verum aut falsum significans indicando, ut homo currit*” (A proposição é uma oração que significa o que é verdadeiro ou falso, ao indicar algo, como o homem corre) (Hispano, c. 1230, fol. 1v). Com essa definição, podemos atestar que o nível de análise da proposição é diferente do nível de análise da oração, ainda que os objetos de análise sejam praticamente o mesmo. Em uma análise gramatical da oração “*Homo currit*” (O homem corre), no padrão humanístico, a informação mais relevante é que a oração possui duas partes: nome (*nomen*) e verbo (*verbum*), que concordam sintaticamente em número, são as “*partes orationis*” (partes da oração). Já para a análise dialética, o significado é o fato linguístico fundamental a ser analisado, logo os primeiros conceitos relativos ao valor de verdade da afirmação, *verum* (verdadeiro) e *falsum* (falso) dizem respeito ao contexto em que a oração foi proferida.

Pedro Hispano categorizava as proposições em dois tipos: categórica e hipotética, e definia a proposição categórica, como “*homo currit*” (o homem corre) com a articulação de três conceitos: “*subiectum*” (sujeito), “*praedicatum*”

(predicado) e *copula* (cópula). Os metatermos sujeito, predicado e cópula são fundamentais para a análise dialética, e Pedro Hispano dá um exemplo de análise: “*homo est subiectum, currit praedicatum*” (homem é sujeito, corre predicado) (Hispano, c. 1230, fol. 1v).

Muito de nossa percepção contemporânea do campo da sintaxe oracional, sobretudo quando se empregam os metatermos relativos à análise de função sintática, deriva historicamente de especulações da dialética, como as noções de sujeito e de predicado, por exemplo, conhecidas desde a Idade Média ocidental, inclusive no reino de Portugal. Mesmo as noções de coordenação e de subordinação oracional derivam, de certa forma, das teorias silogísticas da dialética, muito mais do que da gramática como a compreendiam os humanistas. Para Anchieta essas categorias dialéticas eram conhecidas, como vemos em sua obra gramatical, que combina elementos de análise lógica da disciplina de dialética, com a disciplina de gramática humanística. O gramático missionário emprega, por exemplo, o metatermo: “suppoftos” (supostos) com o valor linguístico de “sujeitos”. Esse metatermo “suppoftos”, por sua vez, deriva da “*suppositio*” (suposição) da teoria da dialética escolástica, não da gramática humanística: “yxê, endê, pee sempre fãõ fubftantiuos, ferum de suppoftos em todos os tẽpos que tẽ articulos, vt yxê açô, eu vou. endê ereçô, tu. pee peçô, vos” ([os pronomes] eu, yxê, tu, endê, e vós, pee sempre são substantivos, um resíduo de sujeito, em todos os tempos que têm artículos, como yxê a-çô, eu vou. endê ere-çô, tu vais, pee pe-çô, vós ides) (Anchieta, 1990 [1595], fol. 11v).

2. Construção dos verbos actiuos: de João de Barros a Anchieta

O capítulo oitavo da gramática de Anchieta, intitulado *Da Construção dos verbos actiuos. Cap. VIII* (Anchieta, 1990 [1595], fol. 36r-37v), parece-nos o principal comentário do gramático humanista acerca do campo teórico da sintaxe da língua tupinambá. Este é um capítulo que generaliza, no texto

gramatical, a seção descritiva relativa à sintaxe da língua indígena, continuada nos capítulos posteriores, pela análise das construções específicas da língua, sobretudo em relação à regência verbal. Nesse capítulo, Anchieta faz as suas reflexões sobre o que João de Barros teorizou como concordância: a “natural a cõueniência destas pártes: nome sustantiuo cõ aietiuo, nominatiuo cõ uérbo, relatiuo com antecedente” (convenção natural destas partes: nome substantivo com adjetivo, nominativo com verbo, relativo com antecedente) (Barros, 1540, *fol.* 30r), e fenômenos de regência verbal.

Como a língua tupinambá era considerada uma língua exótica, de fora do domínio das línguas românicas, e muito distanciada do latim, o processo de sua descrição deveria ser acrescido de outras técnicas para além da teoria gramatical humanística. Essa reflexão teórica de Anchieta, que o guiou à dialética escolástica, trouxe o metatermo “fignificação” (significação) (Anchieta, 1990 [1595], *fol.* 26r), e outros termos correlatos (significar, significando etc.) para a sua metalinguagem gramatical, o que torna o seu texto gramatical do capítulo oitavo em diante, de certa forma, também um estudo dialético-semântico sobre os “*modi significandi*” (modos de significar) da língua indígena, para uma compreensão contrastiva dos fatos linguísticos e das equivalências com a língua portuguesa. A gramática missionária matinha resquícios da dialética escolástica.

Em primeiro lugar, pode-se analisar o próprio título que rotula o oitavo capítulo, em que o gramático se propõe a descrever a “construção dos verbos actiuos” (construção dos verbos ativos), em que se pressupõe a análise da construção oracional, na relação sintática entre nome e verbo, em que a *oratio* (oração) era considerada a unidade elementar. Cumpre salientar aqui o emprego de dois conceitos teóricos da gramática latina: o metatermo construção e o metatermo verbo, este último especificado em verbos ativos, também conforme o padrão de descrição gramatical latino.

A transitividade dos verbos, a rigor, não era diretamente uma episteme da gramática latina, mas já uma discussão teórica do campo da dialética medieval, ou mais anteriormente da própria lógica aristotélica

(*Órganon* aristotélico), que foi a principal influência da Antiguidade clássica na constituição da disciplina medieval do *trivium* escolástico. Nas dez categorias aristotélicas, da obra *Categoriae*, as duas últimas categorias se referem ao tema da voz dos verbos: a ação (ποιεῖν, *actio*) e a paixão (πάσχειν, *passio*). Sem terem sido desenvolvidos diretamente sob a ótica do fenômeno da transitividade, foram ambos os conceitos filosóficos mais influentes para uma teoria das vozes verbais na gramática do latim.

Já no contexto renascentista humanístico, encontramos no texto *Grammatica castellana* (1492) de Nebrija, uma adoção desse debate teórico na gramatização da língua espanhola. Note-se que grande parte da metalinguagem renascentista, oriunda do contexto de gramatização que Auroux (1992) classificou como a segunda revolução da gramatização, surgiu da tradução da metalinguagem greco-latina para os vernáculos, uma prática gramatical em que Nebrija se destacou e foi um dos pioneiros.

No terceiro capítulo do quarto livro de sua *Grammatica castellana*, intitulado *Libro cuarto, que es de sintaxi et orden de las diez partes de la oración – Capítulo iii, de la construcción de los verbos después de sí* (Nebrija, 1492, fol. 56v-57r), temos o debate teórico sobre a transitividade dos verbos em espanhol: “*Los verbos personales, o pasan en otra cosa, o no pasan. Los que pasan en otra cosa, llaman se transitivos*” (Nebrija, 1492, fol. 56v), mas será no texto *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros (1540), que vamos encontrar diretamente a definição das categorias verbais empregadas por Anchieta, caso dos: “uérbos autiuos” e dos verbos “neutros”, os dois gêneros dos verbos em língua portuguesa, segundo Barros, também registrados pelo missionário na língua tupinambá.

Vejamos a teoria gramatical de João de Barros sobre o gênero dos verbos em língua portuguesa, divididos em dois ativos e neutros:

Do género do uérbo pessoál.

Genero ã o uerbo, é hũa natureza espeçial que tem hũs e nam tem outros: pêla quáil conhecemos serem hũs autiuos, outros passiuos, e outros neutros, nos quáes gêneros repártém os latinos os seus: e em outros

dous, a que chámã comũs e depoentes. Nós destes cinco gêneros temos sómente dous, autiuos e neutros (Barros, 1540, *fol.* 18r).

Note-se que para João de Barros não havia o gênero dos verbos passivos na língua portuguesa, pelo fato de que a perífrase verbal que compõe a voz passiva é feita com verbos na voz ativa, isto é, existe uma adaptação de verbos ativos para emular o significado da voz passiva do latim. Na sequência, interessa-nos a definição de “uérbos autiuos” (verbos ativos) de Barros, que se aproxima muito da que é empregada por Anchieta, como veremos:

Dos uérbos autiuos

Verbo autiuo, é aquelle que se pôde cūuerter ao modo passiuo, e pelo quál denotamos fazer algũa óbra que pásse e outra cousa, a qual poemos em o caso accusatiuo per semelhãte exemplo. Eu amo a uerdãde, Esta parte, Eu, que é prônome denóta a minha pessoa, e o uérbo amo, que é autiuo denóta esta óbra de amár a uerdãde: a quál está e o caso accusatiuo, segundo móstra este artigo, a, que é do numero singulár é do genero feminino. E por que nã temos uérbos da uóz passiuã soprimos este defeito per rodeo (como os latinos fazẽ nos tẽpos que lhes faleçe a uóz passiuã), cõ este uérbo sou e hũ participio do tẽpo passãdo, dizẽdo. Eu sou amãdo dos hómẽes e deos é glorificãdo de my. Este modo passiuo nã é mais, que hum conuerter o auto do uérbo às uéssas do que fãz o módo autiuo: porque tanto é em sinificãdo, eu amo a uerdãde, como, a uerdãde é amada de my. Sómente ao primeiro módo chamãram autiuo e o segundo passiuo, por que hum fãz em obrar, e o outro padeçe em receber (Barros, 1540, *fol.* 18r-18v).

João de Barros chama de modos a voz ativa e a passiva, pelo que se compreende modos de significar na perspectiva teórica da dialética medieval, enquanto o verbo ativo também é um gênero. O termo “rodeo” equivale, por adequação teórica, ao termo perífrase, que empregamos para descrever o processo de construção de voz passiva analítica na gramática de língua portuguesa (Bechara, 2009). Note-se também que a análise do significado da construção oracional por João de Barros se dá com o termo denotar (denotamos, denota etc.), com o sentido contemporâneo de “enunciar”. Por fim, a definição

dos modos de verbo ativo e de passivo ocorrem por um processo de antítese: “ao primeiro módo chamáram autiuo e o segundo passiuo, por que hum fáz em obrar, e o outro padeçe em receber” (ao primeiro chamaram de ativo e o segundo passivo, porque um faz em agir, e o outro padece em receber).

De posse dessas informações, vejamos a primeira análise de uma construção com verbo ativo apresentada por Anchieta em sua gramática, no capítulo oitavo (Anchieta, 1595, *fol.* 36r):

SEndo a terceira peffoa accusatiuo falafe direitamẽte pelos articulos fẽ nhũa mudãça, vt,*aiucâ Pedro*, mato a Pedro, *erejucâ, ojucâ, & sic in plurali, orojucâ, yajucâ, ojucâ*, fẽpre Pedro he o accusatiuo, porq̃ não se perde os articulos, & estã claro. Sendo a terceira nominatiuo, & accusatiuo, ainda q̃ pode auer algũa amphibologia, cõtudo pella materia q̃ se trata cõmumẽte fica claro, como de coufa animata com inanimata , ou de mayor qualidade com menor vt. Pedro come pão, bebe, pranta, derruba aruores, &c. claro esta que Pedro ha de fer nominatiuo de qualquer maneira que se ponha, vt *Pedro oûmiapê, Pedro miapêoû, miapê Pedro oû, oû Pedro miapê*. E por aqui se entendera o mais. *Pedro pirãoû*, Pedro come peixe. *Pedro jagoára ojucâ*, Pedro matou a onça (Anchieta, 1595, *fol.* 36r).

A primeira oração apresentada é “*aiucâ Pedro, mato a Pedro*”, traduzida pelo próprio missionário, em que se depreende que “*aiucâ*” é “mato”. Em grafia mais atualizada para o tupinambá, teríamos: /a-i iuká/ (eu o mato, eu o matei), em que o /i/ representa o objeto direto do verbo, que se aglutinou com o primeiro fonema do radical /iuká/ (Rodrigues, 1958, p. 48-49). A descrição que Anchieta dá é embasada pela gramática latina estendida, ao se valer dos metatermos nominativo e acusativo, com os valores respectivos de sujeito e de objeto. Note-se que o missionário está tentando descrever uma proposição categórica, isto é, uma oração afirmativa na língua tupinambá.

O primeiro fato linguístico apresentado é que se o predicado do verbo ativo é composto por um acusativo, ou objeto, na terceira pessoa, ele é falado diretamente, e o verbo não perde seus “artículos”, isto é, seus pronomes pessoais. O metatermo “artículo” é encontrado na gramática de

Nebrija (1492), com o mesmo significado do de Anchieta, já em João de Barros (1540) encontramos artigos. Para Nebrija, os “artículos” oscilavam com os “pronombres”, em uma mesma discussão teórica que ocorria com os gramáticos latinos, que distinguiam os “*pronomina*” (pronomes) ora em “*articuli*” (artículos) e “*provocabula*” (provocábulos). Para Anchieta, os “artículos” eram formas presas, que se remetiam à pessoa verbal, e podiam ser reforçados por pronomes pessoais, esses, por sua vez, eram formas livres, como “*ixé*” (eu), por exemplo.

Anchieta apresenta todas as pessoas da conjugação verbal de /iuká/ com o acusativo Pedro. Ao mesmo tempo, pode-se notar que a percepção de uma ordem na construção oracional da língua tupinambá era percebida por Anchieta, que também marcava os termos pela sua posição, o nominativo antecedendo o verbo e o acusativo sucedendo-o. Assim, na conjugação verbal, “Pedro” como acusativo é registrado sempre depois do verbo: “*erejucá, ojucá, & fic in plurali, orojucá, yajucá, ojucá, fẽpre Pedro he o accusatiuo, porq̃ não fẽ perde os articulos, & eſtá claro*” (tu matas, ele mata, e assim no plural, nós matamos, vós matais, eles matam, sempre Pedro é o acusativo, porque senão se perdem os artículos e está claro). Esse padrão oracional que apresenta “artículo”, isto é, um prefixo com valor morfológico número-pessoal no verbo é fácil de ser compreendido, segundo a didática de Anchieta, e o primeiro modelo a ser aprendido na língua tupinambá pelos missionários europeus, que eram os usuários de sua gramática.

O segundo padrão oracional já apresentava um grau maior de dificuldade: “*Sendo a terceira nominatiuo, & accusatiuo, ainda q̃ pode auer algũa amphibologia, cõtudo pella materia q̃ fẽ trata cõmunẽte fica claro, como de coufa animata com inanimata*” (Sendo a terceira nominativo-sujeito e acusativo-objeto, ainda que possa haver alguma ambiguidade [anfibiologia], contudo pela matéria que se trata comumente fica claro, como de coisa animada ou inanimada). Isto é, em orações em que há um verbo e dois nomes, um nominativo-sujeito, outro acusativo-objetivo, como parte do predicado, é possível distinguir o significado da oração aplicando o critério semântico

do ser animado e do ser inanimado, para se compreender quem pratica a ação verbal. Anchieta também cita que nesse padrão oracional também há uma hierarquia de maior “qualidade” (*qualitas*), também uma categoria da dialética: “ou de mayor qualidade com menor *vt*. Pedro come pão, bebe, pranta, derruba aruores, &c” (ou de maior qualidade com menor, como Pedro come pão, bebe, planta, derruba árvores).

Anchieta, assim, conclui que se há os dois elementos nominativo-sujeito (Pedro) e acusativo-objeto (*miapê*, pão), a posição do verbo na oração (*o-û*, ele come) é variável, assim como das demais partes da oração: “claro esta que Pedro ha de fer nominatiuo de qualquer maneira que se ponha, *vt* Pedro *oûmiapê*, Pedro *miapêoû*, *miapê* Pedro *oû*, *oû* Pedro *miapê*” (claro está que Pedro há de ser nominativo-sujeito de qualquer maneira que se coloque, como Pedro *o-û-miapê* [Pedro come o pão], Pedro *miapê-o-û*, *miapê* Pedro *o-û*, *o-û* Pedro *miapê*).

Por fim, Anchieta apresenta a conclusão dessa primeira descrição oracional da construção dos verbos ativos na língua tupinambá, empregando dois verbos ativos distintos “*o-û*” (ele come) e “*o-jucá*” (ele mata), em que demonstra um padrão oracional em que o primeiro termo é o nominativo-sujeito, o segundo termo é o acusativo-objeto e o terceiro termo é o verbo, um padrão oracional S-O-V, diferente do padrão oracional do português (S-V-O) e mais próximo do latim: “E por aqui se entendera o mais. Pedro *pirâoû*, Pedro come peixe. Pedro *jagoára ojucá*, Pedro matou a onça” (E por aqui se entenderá o mais, Pedro *pirâ-o-û*, Pedro come peixe. Pedro *jagoára o-jucá*, Pedro matou a onça).

Por adequação teórica, podemos compreender que Anchieta contrastou a sintaxe oracional dos verbos ativos para demonstrar a diferença na posição das partes da oração entre a língua tupinambá e a língua portuguesa. Sua apresentação dos fatos linguísticos é pedagógica, mostrando três níveis de construção oracional: (1) o verbo ativo com artigo e acusativo-objeto, (2) o verbo ativo com nominativo-sujeito animado e acusativo-objeto inanimado e (3) o verbo ativo com nominativo-sujeito e acusativo-objeto animado. Sua

técnica descritiva depende da gramática latina tratada como uma gramática universal, em que os conceitos de nominativo e acusativo deixam de remeterem à língua latina, mas são aplicados teoricamente não só à língua tupinambá, mas também à língua portuguesa na análise dos exemplos, como João de Barros (1540) também desenvolveu.

Conclusão

A gramática de Anchieta foi o ápice de um longo processo intercultural de contato linguístico contínuo ao longo de todo o século XVI na costa do Brasil, entre os povos originários e os europeus. Se nas primeiras décadas do século XVI, a comunicação intercultural era praticada de forma mais empírica e pragmática, com a chegada dos missionários jesuítas, em 1549, iniciada a política de conversão de Nóbrega, as primeiras escolas de ler e escrever puderam aplicar a principal tecnologia linguística de sua época: a descrição de línguas pelo contraste com a gramática latina e as gramáticas dos vernáculos europeus. Cumpre salientar que esse movimento que ocorreu no Renascimento, sobretudo no domínio das línguas românicas, permitiu a gramatização de línguas românicas que estão em uso até o dia de hoje, como o italiano, o francês, o espanhol e o português.

Nesse contexto românico, a língua tupinambá passou também pelo processo de gramatização, uma tarefa linguística surpreendente até mesmo para os linguistas contemporâneos, e provavelmente uma etapa importante no processo de implantação posterior da língua portuguesa no território do Brasil. A metalinguagem de Anchieta é predominantemente em língua portuguesa, com metatermos em latim, e eventualmente em espanhol, o que denota a sua habilidade linguística no domínio românico para a compreensão da língua tupinambá, de uma família linguística tupi-guarani mais distante. Esse processo de romanização tardio, em uma “România nova” (Bassetto, 2016) possibilitou a implantação posterior da língua portuguesa ao Brasil, que

já era estudada desde o século XVI junto a uma metalinguagem gramatical também em português.

Pela *Arte* de Anchieta podemos entrever não só o gramático, mas também o humanista, o professor de gramática que buscava não só teorizar e descrever a língua tupinambá, mas descrevê-la em uma forma sistematizada e em um padrão considerado simples e didático em seu contexto de atuação. A gramática de Anchieta ecoa os métodos didáticos dos humanistas das primeiras gerações do Colégio das Artes de Coimbra, métodos que aportaram no Brasil do século XVI com a chegada dos primeiros colonos. Como um texto singular na gramaticografia do Brasil ainda merece ser estudada em seus pormenores para que compreendamos a elegância e a sutileza do pensamento linguístico de seu autor.

Referências

ANCHIETA, José de. **Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: António de Mariz, 1595.

ANCHIETA, José de. **Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Introdução, estabelecimento de texto e notas de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli. Campinas: Editora da Unicamp. 1992.

BARROS, J. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3302_por_Barros_01_1540_T01.htm. Acesso em 01 mar. 2025.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 2009.

CAVALIERE, Ricardo. **História da gramática no Brasil – séculos XVI ao XIX**. Petrópolis: Vozes, 2022.

CORTESÃO, Jaime. **A obra de Pero Vaz de Caminha**. Lisboa: Portugalia, 1967.

FABRÍCIO, Arnaldo et al. **Orações de sapiência: 1548-1555**. Coimbra: Imprensa da Universidade, prefácio de Sebastião Tavares Pinho, 2011.

HISPANUS, Pedro. **Summulae Logicales**. Alcalá: [s.n.], c. 1491. Disponível em: <https://archive.org/details/ned-kbn-all-00001979-001/mode/1up>. Acesso em 13 mar. 2025.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M C. S. dos. & o uso de diversas partes do Brasil sera o melhor mestre: o conceito de uso no pensamento linguístico de Anchieta. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2024. DOI: 10.25189/rabralin.v23i1.2254. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2254>. Acesso em: 13 mar. 2025.

KALTNER, L. F. A obra de Julius Platzmann (1832-1902) e a Linguística Missionária no Brasil: leitura crítica da descrição da passagem do fonema [r] a [n] na gramática de Anchieta. **Revista Letras**, 108, p. 66-84, 2023. <https://doi.org/10.5380/rel.v108i0.89696>.

KOERNER, Konrad E. F. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Trad. Cristina Altman et al. Braga: Estúdio de Artes Gráficas, Braga, 2014.

NEBRIJA, Antonio de. **Grammatica castellana**. Edición contrahecha de la impresa en Salamanca; Typ. Grammatica Castellana Ant. Nebrissensis, 1492. Madrid: [s.n.], 1747. Disponível em: <https://archive.org/details/A336.29/mode/1up>. Acesso em 13 mar. 2025.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, Ronaldo (org.) et al. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, p. 45-80, 2019.

ZWARTJES, Otto. **Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil**. Amsterdam: John Benjamins, 2011.